

A DIMENSÃO SUBJETIVA DA SUSTENTABILIDADE URBANA¹

Lúcia Leitão²

*De uma cidade,
não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas
mas a resposta que dá às nossas perguntas.
— Ou as perguntas que nos colocamos para nos obrigar a responder...*
Italo Calvino

Introdução

A existência de mais de uma centena de definições sobre *Desenvolvimento Sustentável* evidencia a dificuldade de se sistematizar o conceito. O que essa *abundância conceitual* parece indicar é que, de posse de uma idéia, cada um dela se aproxima do modo como lhe convém, a partir, naturalmente, do aporte teórico de que dispõe e dos objetivos que tem em mente atingir. Se, de um lado, esse fato permite que se alargue o conceito em várias direções, de outro, dificulta sobremaneira a compreensão dos seus limites e possibilidades de aplicação.

No que se refere ao urbano, as dificuldades conceituais se agravam. Mitlin e Satterthwaite (1996) chamam a atenção para a *pobreza da literatura existente sobre o conceito de desenvolvimento sustentável relativo às cidades*. Creditam essa escassez a um certo *desdém* que a maioria dos autores teria com a questão urbana, por considerarem que as cidades são elementos importantes na degradação ambiental.

Estamos, assim, diante de uma séria contradição: responsabiliza-se as cidades por parte importante da degradação ambiental, mas menospreza-se a necessidade de investigação, inclusive teórica, de meios e procedimentos que permitam minimizar

1 Este texto foi apresentado no 2º Seminário Internacional Conservação e Desenvolvimento Sustentável, uma Estrutura Teórica, realizado no Recife, em outubro de 1998, sob patrocínio das seguintes instituições: CECI/UFPE, IPHAN, WHC/UNESCO, OVPM, ICOMOS/CIF.
2 Arquiteta, professora do Departamento de Arquitetura da UFPE.

os problemas ambientais surgidos a partir delas. Ora, exatamente por produzirem parte importante da degradação ambiental, as cidades exigem uma prática de intervenção que reverta essa realidade.

Some-se a isso o fato de que, num mundo cada vez mais urbano, menosprezar a busca por soluções mais adequadas de intervenção no espaço construído é abrir uma lacuna importante, tanto em relação ao conhecimento em si, quanto em relação à prática que dele possa surgir. Além disso, essa postura *desdenhosa* desconsidera que os atores responsáveis por um desenvolvimento predatório são os mesmos, quer atuem nas cidades, quer fora delas.

Esquece-se, ainda, que, do ponto de vista espacial, as cidades, em geral, e a cidade de cada um, em particular, desempenham papel fundamental na vida das pessoas, quer do ponto de vista econômico, racional, objetivo, quer do ponto de vista simbólico, subjetivo, conforme a hipótese que fundamenta este texto. Afinal, é nas cidades que a vida das pessoas acontece.

Cidade e Sustentabilidade

Destacando o papel das cidades no mundo contemporâneo, Paul Virilio (1997) declarou que *a grande questão ecológica na verdade é a cidade. Não é a poluição do ar, da fauna, da flora, mas a construção da cidade dos homens*. O argumento que ele desenvolve baseia-se nas importantes transformações econômicas e tecnológicas, vivenciadas pela humanidade, neste fim de século. O que definíamos como cidades, diz ele, *não são mais cidades, mas fenômenos em mutação, catástrofes que se preparam*, pela impossibilidade de responderem adequadamente aos problemas que elas mesmas geraram.

Jordí Borja (1997), caminhando noutra direção, chama a atenção para o crescente papel das cidades como atores fundamentais no novo modelo de desenvolvimento urbano que o momento contemporâneo exige. Cita, como exemplo, a importância política delas na queda do sistema político do Leste Europeu, na democratização de países na América Latina, na década passada, e na introdução de novos modelos gerenciais em cidades americanas como resposta ao neoliberalismo implantado nos governos Reagan e Bush. Registra, ainda, o papel econômico das cidades asiáticas ao evidenciarem uma forte aliança entre os governos locais e o conjunto dos agentes econômicos, independentemente dos questionamentos que esse modelo tem levantado, sobretudo recentemente.

Os autores citados, embora enfoquem questões distintas, expressam a importância que a cidade contemporânea desempenha quando se pensa o espaço do homem, quer em seu sentido restrito — o espaço construído, quer em seu sentido pleno — o espaço político. Se de um lado se tem o desafio — *idades são catástrofes que se preparam* — de outro, tem-se a possibilidade de solução — cidades podem ser sujeitos na construção do seu próprio destino.

Diante, pois, da dimensão dessa ameaça e da complexidade do desafio de intervir nas cidades, a idéia de desenvolvimento urbano sustentável ganha maior sentido e relevância. A noção de sustentabilidade, apesar das dificuldades conceituais, traz elementos importantes para se pensar o urbano: o sentido de continuidade, expresso principalmente na questão da conservação e da mudança — desafio sempre presente ao fazer urbanístico — e a idéia de limite no que se propõe, determinado pelo respeito aos direitos ambientais de gerações futuras.

A idéia de sustentabilidade traz, ainda, implícita, a noção de que o desenvolvimento se legitima à medida que é capaz de atender às necessidades humanas no presente sem comprometer as necessidades de uma geração que ainda está por vir. O que se pretende apontar, neste texto, é parte da complexidade dessa intenção e a conseqüente dificuldade da sua prática. Afinal, essa idéia pressupõe duas outras: (i) que essas necessidades sejam plenamente conhecidas. No que se refere às cidades, vale perguntar: a que necessidades o espaço construído responde? E a que necessidades deveria responder? Há recursos urbanísticos não renováveis? Há necessidades subjetivas a serem atendidas pelas cidades? Perdas urbanísticas podem ameaçar psicologicamente as pessoas? (ii) que o ser humano seja capaz de limitar os seus interesses em função dos interesses de terceiros.

Condicionar o desenvolvimento a atitudes que impliquem equidade, justiça social, combate à miséria e respeito ao que herdarão gerações futuras, como limite aos próprios interesses, exige um acordo, ético por excelência, de difícil e complexa articulação. Essa dificuldade se torna maior ainda no mundo contemporâneo, onde o individual é extremamente valorizado e cujo modelo econômico proposto — ou seria imposto? — sacraliza a atuação do mercado como mediador social.

Assim, compreender a *natureza das necessidades humanas* traz implícita a questão (i) da *cultura* no que ela tem de específico, de singular, de necessidades, por vezes inconscientes, cujo atendimento

definem o modo próprio como se organiza cada sociedade e (ii) da *subjetividade*, ou seja, daquilo que, no ser humano extrapola a racionalidade e cuja possibilidade de entendimento exige o aporte de outras disciplinas, notadamente daquelas que constituem as chamadas ciências sociais.

Cultura e Sustentabilidade

Embora a expressão *sustentabilidade cultural* não seja estranha à literatura existente sobre o assunto, a idéia de cultura é excessivamente abrangente para se construir o conceito. Assim, a definição do que viria a ser *sustentabilidade cultural* parece, ainda, claramente insuficiente.

A conseqüência mais imediata dessa dificuldade conceitual se evidencia no fato de que *a dimensão cultural tem sido pouco trabalhada como variável fundamental para se pensar e propor modelos de desenvolvimento*, embora não seja razoável dissociar cultura de desenvolvimento. Afinal,

Do ponto de vista antropológico, não faz sentido falar de relação entre cultura e desenvolvimento, já que a economia faz parte da própria cultura de um povo. Na verdade, as ambigüidades dessa expressão colocam uma importante questão ideológica...: é a cultura um aspecto ou um instrumento do desenvolvimento entendido como progresso material? Ou é a cultura a finalidade do desenvolvimento entendido como o florescimento da existência humana em suas múltiplas formas? (Sahlins citado por Cuéllar, 1998, p. 29).

A questão levantada por Sahlins traz para o foco da discussão o conceito de desenvolvimento, no qual tem lugar pelo menos duas correntes distintas: a primeira associa desenvolvimento a progresso material, viabilizado pelo crescimento econômico; a segunda, alicerçada numa visão mais ampla, define desenvolvimento como um processo permanente de fortalecimento e realização da própria humanidade, expresso através de conquistas pessoais e coletivas, capazes de dar sentido e dignidade à existência humana.

É evidente que o resultado da atuação dessas duas correntes tem repercussão distinta no modelo de desenvolvimento que se propõe: num, a cultura é apenas instrumento — e como tal será manipulada de acordo com os interesses do momento — no outro,

ela própria é a base social do desenvolvimento à medida que possibilita e legitima o modo próprio de se desenvolver que uma dada sociedade evidencia.

No contexto deste ensaio, considerar a dimensão cultural numa proposta de desenvolvimento sustentável implica retomar a *noção de desenvolvimento humano*³ segundo a qual, mesmo correndo o risco de ser redundante, o ser humano é a melhor, quiçá única, medida desse desenvolvimento, não apenas como objeto que sofre a ação, mas, sobretudo, como sujeito dessa ação.

Ao contrário do que possa sugerir à primeira vista, a noção de desenvolvimento humano, notadamente no que se refere ao espaço urbano, não implica uma reafirmação do antropocentrismo — cuja crítica deu origem ao próprio conceito de Desenvolvimento Sustentável — mas, sim, no reconhecimento de *que os critérios econômicos — freqüentemente privilegiados — não seriam, por si mesmos, suficientes para propor à humanidade um programa de dignidade e bem-estar* (CUÉLLAR, 1998, p. 11) à medida que esses critérios não privilegiam o atendimento de necessidades que não se expressam materialmente.

É interessante observar que, ao se conferir a qualificação de humano ao conceito de desenvolvimento, admite-se, implicitamente, a natureza *não-humana* de determinadas práticas de desenvolvimento. O relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento, patrocinado pela Unesco, deixa clara essa questão ao afirmar que *os esforços em favor do desenvolvimento havia, muitas vezes, fracassado, porque a importância do fator humano — a teia complexa de relações, crenças, valores e motivações existente no centro de toda cultura — fora subestimada* (p. 9).

Assim, a noção de desenvolvimento humano, ao apontar a impropriedade dos modelos de desenvolvimento propostos à revelia das pessoas às quais se destina, explicita duas questões fundamentais da idéia de Desenvolvimento Sustentável: (i) há limites a serem considerados em todo projeto de desenvolvimento; (ii) as necessidades a serem atendidas, por qualquer modelo de desenvolvimento, devem ter como linha mestra da ação, o respeito à necessidade humana de dignidade e bem-estar. Não se reduzem, portanto, ao que pode ser materialmente apropriado.

Considerar a dimensão cultural da sustentabilidade urbana implica, pois, a compreensão de como se constitui, como se expressa

³ O conceito de desenvolvimento humano tem sido cada vez mais invocado por prestigiosos grupos internacionais de reflexão tais como a Comissão Brandt, a Comissão Sul, a Comissão Mundial de Desenvolvimento (Cuéllar. 1997. p. 11).

e, sobretudo, como se mobiliza, em favor da dignidade e do bem-estar nas cidades, essa *teia complexa de relações, crenças, valores e motivações existentes no centro de toda cultura*.

No que se refere às cidades, considerar a dimensão cultural da sustentabilidade urbana implica, ainda, o reconhecimento do outro como limite da atuação de cada ator, o entendimento da diferença e da diversidade como um valor, inclusive de natureza econômica, e o reconhecimento de que as necessidades humanas extrapolam a rigidez da racionalidade econômica.

Cidade e Subjetividade

O conceito de sustentabilidade se torna especialmente instigante para se pensar a cidade, quando se introduz a dimensão subjetiva. Isto é, quando se considera *a natureza simbólica da relação que o ser humano estabelece com o seu espaço*. O argumento com o qual se trabalha este texto é que é exatamente essa relação, subjetiva, afetiva, marcadamente simbólica, que permitirá a *construção do compromisso* com o ambiente construído, implícito na idéia de sustentabilidade urbana.

Lévi-Strauss (1955) definiu a cidade como sendo *a coisa humana por excelência*. Nela, o ser humano vivencia e explicita sua própria humanidade. Como *coisa humana*, a cidade atende, *também*, a necessidades de natureza subjetiva, por vezes, inconscientes. Como *coisa humana*, a cidade reclama para si uma abordagem, ou um modo de pensar que considere essa sua humanidade.

É neste ponto que a teoria psicanálise, na medida em que se propõe a explicar o comportamento humano, aparece como aporte teórico importante para se pensar a cidade.

À primeira vista, não há nada em comum entre cidade — construção física de natureza essencialmente coletiva — e psicanálise, teoria que tem, como objeto de trabalho e de investigação, o ser humano em sua individualidade. O elo de ligação, no entanto, fica mais nítido quando se considera a relação existente entre a cidade, a cultura e a vida individual. Cidade e cultura são produtos da imaginação criadora do homem. Só existem, portanto, como expressão da condição humana.

A legitimidade do uso de conceitos psicanalíticos para compreensão de fenômenos coletivos — entre eles a cidade — se justifica, entre outras razões, pelo fato de que a psicanálise não se reduz a um método terapêutico, como muitos acreditam. O principal

adversário dessa concepção limitada da psicanálise foi o próprio Freud que sistematizou sua teoria a partir da relação que estabeleceu entre os fenômenos sociais e as neuroses individuais. Para ele era importante separar a teoria, aplicável a qualquer ramo da imaginação criadora do ser humano, da prática psicanalítica, esta, seara dos analistas.

Ao explicar como se organiza e como funciona psiquicamente o ser humano, a teoria psicanalítica lança luz sobre questões fundamentais para o entendimento da natureza da relação que o ser humano estabelece com o espaço construído. Contribui para que se compreenda melhor questões como estas: por que determinados espaços parecem ser insubstituíveis? Por que perdas espaciais importantes chegam a se confundir com perdas pessoais, existenciais? Por que espaços físicos se tornam espaços do afeto?

O conceito de *identificação* — fundamental na psicanálise — é o mecanismo básico para compreensão de como se dá a constituição psíquica do ser humano. Segundo a teoria, identificação é o processo através do qual o sujeito humano se constitui a partir da apropriação, radical e inconsciente, de características de outro sujeito, com o qual se identifica. Ao apropriar-se das características desse outro, estas características passam a ser do sujeito que delas se apropria e, assim, o constitui.

Embora ocorra no espaço psíquico de um único e mesmo indivíduo, o processo de identificação se dá a partir de algo exterior ao próprio sujeito. Isto é, o ser humano se constitui, psiquicamente, a partir daquele ou daquilo com o qual se identifica, donde se apreende a importância do outro na sobrevivência psíquica do sujeito nascente.

Lacan dá um passo adiante na compreensão do processo de identificação elaborado até então, ao desenvolver a idéia de que

não se trata de dar conta de uma relação entre dois termos relativamente bem constituídos — um eu determinado identificando-se com um objeto igualmente definido — mas de dar nome a uma relação em que um dos termos cria o outro (Nasio, 1991, p. 101, grifo meu).

Para melhor explicitar o processo, o psicanalista francês elaborou a metáfora do espelho, segundo a qual, num dado momento do desenvolvimento infantil, o bebê ainda não é capaz de reconhecer a si mesmo, do mesmo modo que não é capaz de reconhecer sua própria figura diante de um espelho. Seu auto-reconhecimento depende estritamente da relação com um outro, em geral a mãe, que

consolida e legítima esse reconhecimento. Lacan chama essa relação — simbólica por definição — de especular, porque é a partir dela que resultará a imagem primeira que a criança fará de si mesma, imagem essa fundamental no seu processo de constituição enquanto sujeito.

É esse o sentido do *tu que precede o eu* (BORNHEIM, 1990, p. 150) que a filosofia já anunciava — antes mesmo de Freud — como fundamental no processo de desenvolvimento do sujeito humano. Ao desenvolver a idéia, dando-lhe estatuto próprio, a psicanálise aponta para a imprescindibilidade do *outro* na constituição psíquica do ser humano, como se indicou anteriormente.

O processo de identificação, no entanto, não se esgota no tempo, nem se limita a um outro específico. Não se restringe, ainda, a particularidades do individual, uma vez que cada indivíduo está, necessariamente, inserido numa ordem simbólica que lhe é anterior, inscrita na história familiar, na cultura, na linguagem, elementos estruturantes da psique, que extrapolam a história particular de cada indivíduo.

Ao não restringir o processo a particularidades do indivíduo, articulando-o a um universo simbólico maior, o conceito de identificação permite considerar que *o espaço construído*, enquanto expressão privilegiada da cultura, se oferece como objeto de identificação, como o *Outro*⁴ da relação especular, da qual se falou anteriormente. Como elemento fundamental, portanto, dessa relação simbólica que o processo de identificação propicia, através do qual características próprias do objeto de identificação se tornam parte constitutiva de quem com ele se identifica e cuja importância psíquica é insubstituível.

É, portanto, *também*, através da relação com esse Outro/ espaço, que o ser humano se reconhece e se expressa tanto individual quanto coletivamente, donde se apreende a natureza estruturante do espaço construído na organização psíquica das pessoas. A exemplo da relação com o semelhante, o espaço construído é elemento fundamental no processo de constituição e de reconhecimento do sujeito.

É essa natureza psíquica, inconsciente, da relação sujeito-espaço que explica parte da sua subjetividade. Contribui, portanto, para que se compreenda *como e porque* espaços físicos — a exemplo da casa ou da cidade natal — se transformam em espaços do afeto,

4 Lacan estabelece uma diferença conceitual entre o outro, o semelhante da relação especular, grafado com o minúsculo e o Outro, constituído pela cultura, ou seja, pelo conjunto de comportamentos, valores e realizações que expressam a própria condição humana, desta feita grafado com O maiúsculo.

possuindo, assim, uma valoração simbólica muito além da função arquitetônica que desempenham. É como se habitar fosse muito mais do que estar. É como se habitar fosse ser.

Poetas e escritores com a intuição própria que os caracteriza, ajudam na compreensão do conceito de identificação e seu papel fundamental na relação que o sujeito estabelece com o espaço:

Não tornei mais a ver no decorrer do tempo essa estranha morada. Tal como a encontro em minha lembrança infantil, ela não é uma construção: está fundida e repartida em mim: aqui um cômodo, acolá outro cômodo e um fundo de corredor que não liga mais esses dois cômodos, mas está conservado em mim como um fragmento. Foi assim, que tudo se espalhou em mim, os quartos, as escadas que desciam com lentidão cerimoniosa, outras escadas, vãos que subiam em espiral, na escuridão dos quais caminhávamos como o sangue nas veias (Rilke, citado por Bachelard, 1978, p. 234, grifo meu).

Uma outra indicação desse modo subjetivo de apreensão do espaço edificado é a frequência com que surge a relação entre a função materna e a apropriação que o ser humano faz, consciente ou inconscientemente, do espaço que edifica. A insistência dessa associação não permite que se considere que se trata de um fato episódico, ou seja, fruto de uma simples coincidência. Essa associação aparece – a meu ver de modo inquietante porque inesperado – tanto com relação a culturas diversas quanto no modo como se expressam pensadores e escritores distintos.

Munford (1982), por exemplo, adverte que as palavras *mãe* e *lar* aparecem como sinônimo em todas as fases da agricultura neolítica. Registra, ainda, que nos hieróglifos dos antigos egípcios as palavras *casa* e *cidade* *podem surgir como símbolo de mãe, como a configurar a semelhança da função formadora coletiva e individual* (p. 19, grifo meu), sugerindo uma possível relação entre a função materna de procriação e proteção e a evidente função de garantia da sobrevivência da espécie humana que o espaço construído tem significado ao longo da história da humanidade.

Freud (1929-30/1973) chegou a anotar que a casa é um sucedâneo do útero. Embora noutro contexto, o pai da psicanálise escreveu que são três as formas que a figura materna assume no curso da vida de um homem: a mãe, a esposa e a mãe-terra. Se se amplia o conceito, pode-se considerar que a função materna se

expressa especialmente em três espaços fundamentais para o ser humano: o útero, mãe-vida, a casa, mãe-lar e a cidade, mãe-terra que o acolhe e sepulta.

É desse sentimento que fala o poeta⁵ quando assim se expressa:

Disse minha Mãe. E é em ti que penso, ó casa!

Na história da cidade, dois exemplos, em especial, expressam o modo como esse processo de identificação se explicita materialmente: a Atenas da Grécia Antiga e a cidade muçulmana.

Na primeira, a sociedade que produziu o mais bem acabado modelo de convivência com o outro, de respeito às diferenças que se expressam no campo das idéias e do pensamento, que estabeleceu o modo mais adequado de enfrentamento das contradições presentes em qualquer agrupamento humano, foi também a sociedade capaz de edificar uma cidade, uma proposta urbanística onde a ênfase era o espaço do encontro, da construção do lugar público por excelência. O espaço social da fala, da consciência e do exercício da cidadania, gerou também o espaço da polis, admirável até os dias atuais, sendo considerada por alguns autores uma proposta urbanística insuperável.

Na segunda, o espaço urbanístico edificado indica um modo de viver e de pensar radicalmente oposto ao anterior. Agora, o privado, na sua relação com o sagrado, é o eixo definidor do espaço edificado que surge fechado, compacto, indiferenciado e voltado para o interior. Esse é o espaço do silêncio, do individual, da meditação de uma sociedade que se apresenta ao mundo não como sujeito da sua própria história, mas como passageira rumo a um outro lugar, a eternidade.

A relação existente entre o ser humano e seu espaço extrapola, portanto, em muito, a apropriação puramente material do espaço construído. Do modo como somos, individual e coletivamente, expressão da cultura onde estamos inseridos, somos *também* expressão do espaço que nos é dado vivenciar.

Nesse sentido, a cidade ganha características e importância ainda pouco exploradas pelo urbanismo. Espaço e indivíduo passam a ser, metaforicamente, um só. Se, na realidade física tem-se uma impossibilidade, inconscientemente, trata-se de uma experiência. Se não se pode precisá-la no nível da consciência, não se deve menosprezar-lhe o sentido na vida humana, tanto individual quanto coletivamente.

5 Citado por Bachelard, 1978, p.227).

À Guisa de Conclusão

A partir do que se disse acima e à guisa de conclusão, três pontos merecem especial atenção:

1. *Cidades são sujeitos da ação.* Ou seja, são sujeitos, não apenas porque podem provocar enormes danos ambientais, mas, sobretudo, porque determinam o modo como a edificamos e com ela nos relacionamos. Afinal, ao se oferecer como elemento de identificação, como o Outro da relação especular, da qual se falou anteriormente, *a cidade diz tudo o que você deve pensar, faz você repetir o discurso* (Calvino, 1978, p. 18).

2. *Cidades são espaços privilegiados da intimidade* e é compreensível que assim seja, uma vez que *todo espaço verdadeiramente habitado traz a essência da noção de casa* (Bachelard, 1978, p. 200). É essa noção de casa, ou seja, esse sentimento de pertinência que a casa e o clã provocam que estabelece o elo de ligação, marcadamente simbólico, entre o ser humano e o espaço construído, dando a essa relação um caráter tão singular quanto fundamental.

3. A sustentabilidade das cidades passa, portanto, pela compreensão e conseqüente capacidade de mobilização dessa relação marcadamente simbólica que o ser humano estabelece com o espaço que edifica. É graças à função estruturante dessa relação que permite ao ser humano reconhecer-se, situar-se psiquicamente no mundo, que a cidade representa, simbolicamente, muito mais do que mero palco para a ação humana. É graças a essa relação, ainda, que é possível desenvolver o compromisso, implícito no conceito de sustentabilidade, com a conservação da cidade de cada um, à medida que essa continuidade, em algum lugar simbólico, propiciará a construção do sentimento de permanência que o ser humano tem buscado desde sempre.

Para a prática urbanística, entender a importância da dimensão subjetiva do espaço implica um novo modo de pensar, de projetar e de intervir no espaço construído.

Projetar a cidade, considerando os princípios e objetivos de um desenvolvimento urbano sustentável, implicará *menos um apelo* ao respeito aos recursos naturais limitados e, em grande medida, não renováveis — largamente focado no discurso ambientalista — e mais a capacidade de intervir, compreendendo a natureza dessa relação, capaz de transformar abrigo em casa, espaços físicos em espaços do afeto.

Quem sabe se não será de uma melhor compreensão da natureza desse afeto e do que ele pode ter de determinante na organização do espaço que o ser humano edifica, que se alargarão as possibilidades de acerto, quando se busca melhor intervir no espaço urbano? Quem sabe, assim, não entenderemos melhor esse extraordinário fenômeno que o ser humano engendrou. Afinal,

*De uma cidade,
não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete
maravilhas
mas a resposta que dá às nossas perguntas.
- Ou as perguntas que nos colocamos para nos obrigar a
responder...*

Bibliografia

- ANSAY, P e SCHOONBRODT, R. *Penser la ville: choix de textes philosophiques*. Bruxelles, 1992.
- BADSHAH. A. *Our urban future: new paradigms for equity and sustainability*. (pp.1-17, 140-168, 169-198). London: Zed Books, 1996.
- BIRMAN, J. *Psicanálise, ciência e cultura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- BORJA, J. As cidades e o planejamento estratégico: uma reflexão europeia e latino-americana. Em T. Fischer (Org.). *Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais*. 1997.
- BORNHEIM, G. Da superação da necessidade: o desejo em Hegel e Marx. Em A. NOVAES (Org), *O desejo* (pp. 143-154). Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1990.
- BRUNDTLAND. G. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987.
- LVINO, I. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- CIMA. *O Desafio do desenvolvimento sustentável*. Relatório do Brasil para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio ambiente e o Desenvolvimento. (pp.79-99). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- CUÉLLAR, J. (Org.) *Nossa diversidade criadora*. Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento. Campinas: São Paulo; Brasília: UNESCO, 1997.
- FREUD, S. Mas alla del principio del placer. Em *Obras Completas*. Tomo III, CX (pp. 2507-2541). Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 1920-21/1973.

- _____ *Psicologia de las massas e analisis del yo*. Em *Obras Completas*. Tomo III, CXIII (pp. 2563-2610). Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 1920-21/1973.
- _____ *El malestar en la cultura*. Em *Obras Completas. Tomo III, CXVIII* (pp. 3017-3067). Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 1929-30/1973
- _____ *O Ego e o id*. Rio de Janeiro: Imago, 1923/1997.
- LEITÃO SANTOS, L. *Os movimentos desejanter da cidade: uma investigação sobre processos inconscientes na arquitetura da cidade*. Recife: FCCR, 1998.
- LÉVI-STRAUSS, C. A terra e os homens. Em *Tristes trópicos* (pp. 97-138). Lisboa: Edições 70, 1993.
- MEZAN, R. *Freud, pensador da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MITLIN, D. e SATTERTHWAITTE. Sustainable development and cities. Em C. PUGH (Org.), *Sustainability the environment and urbanization*. (pp.23-61). London: Earthscan Publications, 1996.
- MUNFORD, L. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- NASIO, J. Identificação. Em *Lições sobre os sete conceitos cruciais da psicanálise* (pp. 99-120). Rio de Janeiro: Zahar.
- PAQUOT, T. La nouvelle nature de l'urbanisme. Em T. PAQUOT (Org.). *Le monde des villes: panorama urbain de la planete*. (pp. 621-627). Editions Complexe, 1996.
- PEARCE, D. Defining sustainable development. Em *Blueprint 3: Measuring sustainable development*. (pp.3-27). London: Earthscan Publications, (1994).
- PUGH, C. Sustainability and sustainable cities. In *Sustainability the environment and urbanization*. (pp.135-176). London: Earthscan Publications, 1996.
- TIOMIS, Y. O meio ambiente e a questão urbana. Em Claude Raynaud e Magda Zanoni. *Cadernos de desenvolvimento e meio ambiente*, 1994, 1, 131-135.
- VIRILIO, P. *O Espaço crítico*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

